

DIFÍCEIS HERANÇAS E NOVAS POSSIBILIDADES: A PANDEMIA NO CONTEXTO SOCIAL DA APAE DE FRANCISCO MORATO

Erick Henrique Santos Souza ¹

Gabriela Motano Patrocínio ²

Resumo: O presente ensaio teórico tem o seu foco na relação entre os impactos da pandemia no público da pessoa com deficiência, sobretudo na forma em que os usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Morato - APAE, localizado no estado de São Paulo, estão lidando com essa realidade atípica. As reflexões perpassarão pela conjuntura histórica de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, que contribuíram com uma herança de dependências a um único espaço social, questão que no atual contexto pandêmico volta a ter destaque. O relato também discorrerá sobre as diferenças de geração dos usuários da APAE e quais diferenças de oportunidades e direitos de acesso extra APAE contribuem para que um determinado público corresponda de maneira diferente na participação das atividades e nas necessárias práticas de isolamento social determinadas para o enfrentamento à COVID-19.

Palavras-Chave: COVID-19. Pessoa com Deficiência. Políticas Públicas. Independência.

Abstract: This theoretical essay focuses on the relationship between the impact of the pandemic on the lives of people with disabilities, especially on how attendants of Francisco Morato's Parents and Friends of People with Special Needs Association - APAE are dealing with this atypical reality. The reflections will permeate the historical context of public policies aimed at people with disabilities that contributed to a legacy of dependencies to a single social space, an issue that in the current pandemic context is highlighted once again. The report will also discuss the generational differences in APAE attendants and what differences in access rights and opportunities outside of APAE contribute to a specific group responding differently when taking part in activities and the social isolation practices determined for coping with COVID-19.

Keywords: COVID-19. Person with disabilities. Public policy. Independence.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico desenvolverá reflexões acerca dos impactos sociais que, durante a pandemia, foram evidenciados no cotidiano dos atendimentos nos setores de atendimento socioeducativo e educacional da APAE de Francisco Morato. O objetivo do trabalho foi dialogar com as percepções teóricas com conhecimentos empíricos percebidos no último ano sobre os impactos que a pandemia gerou nos usuários da instituição e os dilemas históricos na abordagem social voltada a pessoa com deficiência que, com o acréscimo da COVID-19, volta-

¹ APAE de Francisco Morato. E-mail: erickart45@gmail.com.

² APAE de Francisco Morato.

ram a ter evidência.

Para elucidar essa questão, destaca-se a realidade vivida na pandemia mundial iniciada no ano de 2020 até a contemporaneidade vivida em 2021. Apesar da pandemia ter assolado diversas partes do mundo, no Brasil, a crise sanitária foi aliada às crises políticas presentes no país. Desse modo, diversas questões primordiais, tal como a ampla vacinação, demoraram a ter uma ampla execução. Na atualidade, apesar de dificuldades políticas, o número de vacinados no país vem crescendo. Contudo, os resultados dessas ações ainda assolam a realidade dos brasileiros.

O ponto de partida dessa proposta se passa ao analisar diferentes preceitos teóricos que, durante anos, problematizou a forma em que as instâncias públicas, privadas e participantes do terceiro setor colheram como meio social à pessoa com deficiência e como essa relação dialoga com os impactos gerados pela pandemia nesse público. Para subsidiar tal questão, foram analisadas históricas promulgações de antigas leis, sobretudo educacionais. A partir de interpretações teóricas, percebeu-se que tais leis contribuíram com a pouca independência por parte da comunidade de pessoas com deficiência em gerações passadas. Dialogando com essa premissa, também serão analisadas as potencialidades das novas iniciativas de inclusão e a possibilidade desses diálogos entre ambiente escolar e ambiente especializado.

Já no aspecto prático analisado no respectivo ensaio, será feita uma comparação em relação aos usuários que participaram efetivamente da instituição em gerações anteriores com os usuários recém ingressados contemporâneos as novas políticas de inclusão. Aqui se refletirá se a forma diferenciada em que os usuários foram abordados ao longo da vida influenciou na configuração que cada usuário, no seu contexto familiar, encarou o momento atípico vivido desde o ano de 2020.

Também sobre o aspecto prático, será analisado o contexto social do município que a APAE de Francisco Morato está inserida, questão singular que influencia no trabalho da instituição, tal como, por exemplo, o retrato socioeconômico, que faz parte da localidade dos assistidos pela organização, visto que o município de Francisco Morato possui uma fisionomia social e econômica carente e vulnerável. O seu perfil é majoritariamente caracterizado, segundo o site do IBGE, pela falta de arborização das vias públicas e 17,3% da urbanização de vias. Quando analisados esses dados de maneira empírica, por vivências possibilitada pela atuação direta dos setores sociais da instituição, percebe-se que, na sua maioria, os usuários da APAE moram nas regiões da cidade em que os dados aqui aprestandos mais são consolidados.

Por fim, será discorrida sobre a importância da participação social da pessoa com deficiência em diferentes contextos da sociedade, para que em espaços historicamente engajados na assistência, a pessoa com deficiência, tal como a APAE, contribua de maneira efetiva com possíveis processos de independência dos usuários.

HERANÇAS DE PRÁTICAS DE EXCLUSÃO

Pelas análises teóricas e observações empíricas, a partir da prática, como profissional atuante na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pode-se ponderar que, ao longo da pandemia, os alunos há mais tempo inseridos no contexto da instituição e com idade superior a 25 anos estão sofrendo mais com a ausência de alguns atendimentos e, sobretudo, as políticas de isolamento social necessárias já estabelecidas. Atribui-se essa problemática à tradicional geração anterior, impossibilitada de participar de discussões fundamentais de políticas públicas que incluíssem as pessoas com deficiência em contextos que transcendessem a relação limitada ao ambiente familiar, imbricado a espaços especializados. Desse modo, acredita-se que a cultura social da exclusão da pessoa com deficiência, problema vigente durante tanto tempo, tornou-se destacada durante as problemáticas e necessidades de convívios disponibilizados pela APAE, que foram comprometidos pela pandemia.

Ao refletir de maneira histórica a abordagem social destinada à pessoa com deficiência tratada pela sociedade brasileira, pode-se perceber que diversas questões influenciaram na educação e no tratamento e assistência de lesões até os dias atuais. Destaca-se que tanto no aspecto pessoal quanto institucional, o ato de buscar construir espaços que contribuam com suas necessidades, foram pensados desde os primórdios do Brasil, tal como pode ser observado no trabalho de Gilberta Jannuzzi (2017). Contudo, os desdobramentos desse cuidado não geraram um ambiente inclusivo, pois os cuidados vinham velados de diversas ações voltadas a invisibilidade da pessoa com deficiência perante a sociedade.

Januzzi (2017, p. 32) relata que:

Com o esboço dessa sociedade no término do império, espera ter, pelo menos em parte esclarecida o silêncio sobre o deficiente. Este silêncio foi tão grande que nem mesmo encontrei quem eram esses educandos obrigados nos estabelecimentos mencionados. Eram provavelmente os mais lesados os que distinguíam, se distanciavam os que incomodavam, ou pelo aspecto global, ou pelo comportamento altamente divergente. Os que não eram assim a olho nu estavam incorporados às tarefas sociais simples, numa sociedade desescolarizada (JANUZZI, 2017, p. 32).

Contudo, mesmo o processo de desenvolvimento desses espaços tendo contribuído com o “cuidado” das pessoas com deficiência, ele pode ser interpretado de maneira indireta como meio estratégico de entidades institucionais públicas de desenvolvimento de espaços simbólicos que alimentaram, durante anos, a pouca participação das pessoas com deficiência no exercício da cidadania.

Desse modo, durante diversos anos, mesmo com conquistas importantes, outras deficiências ainda sofriam com a falta de amparo social. Além da pouca assistência, essas pessoas não eram vistas como seres construtores e pertencentes de história, mas pessoas que eram resumidas ao assistencialismo e à exclusão social.

Com as transformações sociais no Brasil, diversas iniciativas contribuíram para que fossem pensados esboços que desenvolvessem esforços no mínimo assistencialistas que almejavam a garantia de direitos à pessoa com deficiência. Parafraseando Marcos Mazzota (2011), podem ser apresentadas aqui mudanças na Constituição Federal brasileira e a criação de entidades, tal

como o instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, ambas com um olhar diferenciado para a deficiência Intelectual. Essas iniciativas lutaram e lutam na busca por acessibilidade e Inclusão, questão que notoriamente foi sendo destacada a cada ano e segue presente nos debates sobre a assistência e garantia de direitos ao público da pessoa com deficiência.

Além disso, atribui-se às questões aqui elencadas, o desafio social em lidar com a diferença e, historicamente, a cultura de velar - escondendo dentro de casa na melhor das intenções - o convívio social, prática por muitos anos utilizada. Somente com iniciativas de organizações com foco no atendimento a pessoa com deficiência - salienta-se aqui a criação do Instituto Pestalozzi e da APAE - foi possível ter um olhar diferenciado para essas pessoas que até então não tinham acesso à sociedade de maneira concreta. Ao analisar a história dessas instituições, pode-se considerá-las como importantes subsídios como organizações que visaram possibilidades para que as pessoas com Deficiência Intelectual tivessem a oportunidade do contato com ofícios e aprendizagens que dialogavam com a lógica do ambiente escolar.

Todavia, o recorte temporal e a herança quase espartana de excluir o deficiente foram mais fortes. Mesmo com iniciativas em prol da pessoa com deficiência, por tempos, o público da deficiência intelectual apenas teve um contato social limitado entre o seu ambiente familiar e a instituição que o acolhia. Esse fator foi reflexo das vagarosas iniciativas de políticas públicas e do próprio conhecimento teórico reverberando no prático, sobre o que é deficiência. Essa questão, até hoje, não é um consenso, já que é tema de debate de diferentes opiniões apresentadas, pelo debate entre modelo social e pelo modelo médico discutida há tempos. Esses elementos também influenciaram a forma de pensar o tratamento e a educação da pessoa com deficiência. Enquanto o modelo médico focou durante muito tempo na lesão e laudo dos pacientes fugindo de toda carga subjetiva dos indivíduos com deficiência, o modelo social foi por um caminho um pouco diferente, inspirando-se no modelo materialista, focado no aspecto social que influenciava questões primordiais a pessoa com deficiência, como a própria desigualdade histórica.

Sobre esses fatores, Debora Diniz explica:

[...] Assumir a deficiência como uma questão sociológica retirando-a do controle discursivo dos saberes biomédicos. Foi nessa disputa por autoridade discursiva que se estruturou o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo biomédico. O modelo social definia a deficiência não como desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p. 18).

Mesmo os modelos agindo quase de maneira dicotômica em relação aos conceitos sobre a pessoa com deficiência, a verdade era chancelada, a pessoa com deficiência ao longo do tempo, além das complexidades apresentadas pela lesão, estava inserida em um contexto social de exclusão.

A partir disso, durante muito tempo, mesmo com importantes discussões acerca de elencar diálogos entre diferentes análises sobre a deficiência, o estigma da exclusão social era uma realidade, influenciando famílias motivadas por preconceitos, medos e desinformação a não

contribuir com a participação dos seus filhos em sociedade, colaborando para que o choque necessário com a considerada normalidade acontecesse.

A ESCOLA E A OPORTUNIDADE DO PRIMEIRO CONTATO SOCIAL

Outro aspecto que se destaca contribuindo com a problemática da exclusão social dos educandos com deficiência é a falta do ingresso a espaços sociais institucionalizados tradicionais como a escola que, por questões não de leis, mas de tradição cultural, tiveram por muito tempo os espaços especializados como única opção viável de aprendizagem, não participando de instrumentos tradicionalmente socializadores como a escola. Salienta-se que já no ano de 1961, a partir do seu artigo 88 da Lei de Diretrizes e bases 4.024/61, havia políticas públicas que almejavam a garantia de direitos a educação no regime regular para a pessoa com deficiência. Contudo, ao ser promulgado outras leis, tal como a Lei nº 5.692/71, sobretudo o art. 9, desenvolveu-se, parafraseando Mazzota (2011), uma percepção paradoxal do que é a garantia de direitos à educação para a pessoa com deficiência, estipulando obrigatoriedades cercadas de brechas, tal como a não organização específica dos objetivos pedagógicos e curriculares da aprendizagem da pessoa com deficiência. Tal questão fez com que o atendimento à pessoa com deficiência, por tempos, fosse repleto de ambiguidades.

Essa problemática influenciou em atuações que, em alguns casos, assessoraram o público da pessoa com deficiência e em outros casos o prejudicou, devido à falta da execução dessas garantias na prática e de maneira simbólica, sendo veladas as vivências em espaços estatais que fazem parte da construção da sociedade. Isso ocorreu, também, no ambiente escolar.

A escola, por exemplo, além dos conteúdos sistematizados, carrega o currículo oculto, o aspecto socializador dos educandos, que refletirá na sua vida como cidadão. O dispositivo cultural escolar essencial contribui para que os estudantes vivam e conheçam a sociedade. Sobre essa questão, pode-se destacar:

O aprendizado dos educandos no ambiente escolar, não se restringe aos aspectos formais materializados no currículo institucional ou formal, pois não há neutralidade no processo de ensino e aprendizagem visto que, o processo educacional é complexo e diferente em cada organização de ensino que têm seu próprio currículo oculto a partir de sua contingência (GONÇALVES, 2002).

A partir das breves noções sobre o currículo oculto natural presente no ambiente educacional em relação a suas peculiaridades, nota-se que as pessoas com deficiência, vividas até então com idade escolar, faixa etária estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394/1996 em um período em que as políticas de inclusão social não atingiam aspectos fundamentais, tal como a socialização e o direito a ocupar todos os espaços, hoje sofrem com essas lacunas, principalmente na pandemia de COVID-19.

Dessa forma, acredita-se que a exclusão social, em diversas camadas que formam a sua cidadania, influenciou na dependência de uma rotina restrita apenas a dois fatores: ambiente

familiar e espaço especializado, que não necessariamente conseguiu contribuir com a aprendizagem e com a socialização de estudantes com deficiência.

Nos dias atuais, há diversas revisões sobre a garantia de direitos educacionais alimentada por iniciativas importantes, como a declaração de Salamanca em 1994 e, mais recentemente, as políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2009 esboçaram. Sobre essa questão, Maria Teresa Égler Mantoan (2015, p. 29) ressalta: “Precisamos ressignificar o papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência.”

Ao analisarmos as mudanças nas práticas de inclusão contemporâneas, percebe-se que, na tentativa de estabelecer ambientes inclusivos em espaços simbólicos, como sociais, como a escola, pode-se constatar diversos desafios, tanto no aspecto estrutural da rede de ensino, quanto no próprio imaginário da comunidade escolar presa a paradigmas históricos, como a concepção da escola regular não ter um dever social com a pessoa com deficiência e a ideia de que o público da deficiência não ser é plenamente vista como estudante produtor de conhecimento. Contudo, também é notória a forma, mesmo gradativa, que o próprio ambiente escolar tem sido modificado. Destaca-se a maneira em que os alunos recebem o colega que, assim como os outros, é diferente. Tal questão, naturalmente, contribuirá com a forma que esse colega, quando se tornar adulto, verá e será visto na sociedade. Também se salienta, a partir dessa ideia, que a problemática não está em ineficácias de instituições como a APAE, mas no exclusivo e único acesso a uma instituição, pois reitera-se a crença de que esse histórico de espaço destinado exclusivamente a pessoa com deficiência, contribuiu para que fosse criado um estigma de que outros espaços não deveriam comportar esse público, tal como o ambiente da escola regular.

Acredita-se, a partir desse ponto, que o caminho que pode ser percorrido ao longo da interpretação dessas questões é o diálogo entre instituição especializada e ambiente escolar tradicional - um trazendo concepções funcionais de aprendizagem e o outro buscando formas de inclusão no processo de aprendizagem em diálogo com a educação convencional. Dessa forma, ambos trarão as suas realidades, potencialidades, anseios e, principalmente, metas que contribuam com a aprendizagem, independência e cuidado com os estudantes. Desse modo, parafraseando Paulo Freire (2015), os seres humanos, nesses contextos, educarão entre si. Dialogando com essa premissa, em diversos contextos, esses alunos hoje rotulados como aluno de inclusão, também carregam outro fator comum na comunidade escolar brasileira, o caráter social de oprimidos, questão também presente nos usuários da APAE. Apesar do respectivo termo ter sido desenvolvido para apresentar o contexto da educação voltado à classe proletária, ao perceber a possibilidade de inserção ativa na sociedade, acredita-se que essa mesma alcunha pode ser direcionada aos usuários da instituição. Logo, pensar conjuntamente e usufruir dessas abordagens mais humanistas sobre a pessoa com deficiência pode ser um caminho viável no desenvolvimento de possíveis participações sociais do público.

Ademais, percebe-se que, a partir de análises teóricas e, essas iniciativas estão contribuindo para que as novas gerações de pessoas com deficiência tenham mais contatos não limi-

tadores com os diferentes espaços que compõem a sociedade.

Experiências empíricas e a complexidade de gerações na Pandemia do COVID-19

Para dialogar com as premissas aqui já destacadas serão utilizadas, nesses espaços, correlações com experiências empíricas que evidenciam as problemáticas teóricas aqui explicitadas.

O ponto de partida destaca as complexidades presentes na respectiva APAE de Francisco Morato, pois por diversos fatores sociais, o tratamento e a assistência a pessoa com deficiência são complexos. Além dos desafios naturais de desenvolver a aprendizagem nesse contexto, os usuários, em suma, estão inseridos em situação de vulnerabilidade social.

Acredita-se que o motivo dessa questão se dá devido ao contexto social do município que a instituição está inserida. O município de Francisco Morato é uma cidade localizada na região da grande São Paulo, que carrega, na sua história, uma forte cultura de cidade dormitória e é cenário de diversos contextos vulneráveis economicamente. Além disso, ao analisar geograficamente a região em que grande parte dos usuários da instituição mora, percebe-se que, em suma, diversos usuários residem em bairros afastados da região central da cidade, fator que, em diálogo com as problemáticas sociais em acolher a pessoa com deficiência, alimenta as já naturais dificuldades sociais presentes na região, afetando a vida dos usuários da APAE da cidade.

Ao relacionar esses elementos no respectivo ano de 2020 e 2021, percebe-se que os desafios sociais já presentes no histórico da instituição serviram como eixo motriz nos desafios do atendimento do COVID-19. Isso ocorre, sobretudo, nos setores voltados ao atendimento de oficinas ocupacionais socioeducativas e educacionais da instituição. Atribui-se esse agravante às dificuldades de suportes que contemplam as necessidades de atendimento, principalmente no desenvolvimento de propostas eficazes e o acesso dos usuários a meios tecnológicos, forma mais viável de adaptação.

Para modificar tal cenário foram utilizadas diversas tentativas de contribuir com as aprendizagens produzidas na instituição e, ao analisar as possibilidades, a opção que mais respeitou a realidade dos usuários foi à disponibilização de materiais impressos. Essa foi uma abordagem limitadora, porém, foi a que mais dialogou com a realidade dos usuários durante o processo de isolamento social.

Hoje, após um ano de pandemia da COVID-19 e após outras tentativas de abordagem dialogando com os protocolos de segurança, foram experienciados diversos ganhos e problemáticas ao longo de adaptações dos atendimentos remotos. Ao observar todo contexto, é notório que o choque de gerações dos usuários da APAE foi um fator determinante na forma que foi encarada a vivência desse acontecimento histórico. Ao observar esses fatores, esse choque de gerações não é atribuído apenas à idade cronológica dos estudantes, mas a políticas públicas que os alunos participaram na sua vida, elementos que, na prática, influenciaram na forma como os estudantes vivem em comunidade.

Essa questão pode ser observada ao comparar os usuários de uma oficina socioeducativa

da instituição com idade maioritária de 25 anos em relação a uma oficina recém-criada com usuários com faixa etária inferior.

Ao observar as duas turmas, além da perceptível diferença de idade dos usuários, também é possível refletir que a participação dos usuários da oficina com idade inferior a 25 anos foi maior em relação aos outros usuários, que, além da idade, estão a mais tempo na instituição. Também foi possível observar que o conhecimento de direitos e a participação dessas famílias tem sido maior enquanto membros atuantes na instituição. Desse modo ao comparar as datas da promulgação de políticas públicas que preocuparam em modificar a realidade das pessoas com deficiência com a vivência social dos usuários observados, nota-se diferenças em relação à oficina com alunos mais velhos. Isso ocorre, principalmente, no tocante à participação mais efetiva e não dependente exclusivamente da APAE, potencial devido a uma sociedade pouca adepta ao acolhimento à pessoa com deficiência - principalmente intelectual e múltipla -, que não é plenamente desenvolvido. Desse modo, também é possível inferir que as devidas iniciativas planejadas pelo corpo profissional da instituição que tiveram resultados satisfatórios e, em suma, pertencem a essa oficina contemporânea políticas públicas mais inclusivas ou a usuários com perfis semelhantes.

Também se pode apontar a forte estigma atribuído aos fatores de exclusão social aqui já apresentados, que se resume a pessoa com deficiência como pessoa incapaz de produzir conhecimento. Esse fator pode ser perceptível na dificuldade das famílias em compreender que os seus filhos e familiares usuários da instituição, são capazes de executar as propostas disponibilizadas remotamente. Em um atendimento a uma família a mãe de um estudante com uma deficiência motora nas mãos, por exemplo, ao deparar-se com a proposta da atividade, ela não acreditou, inicialmente, na possibilidade do seu filho utilizar uma tesoura, mesmo que na rotina tradicional da instituição, ele sempre tenha utilizado o material com primazia.

A partir disso, ao analisar todos os desafios presentes no contexto da Pandemia do COVID-19, percebe-se que um possível impacto que a pandemia trouxe, foi suscitar reflexões sobre problemáticas históricas, sobretudo o uso do espaço especializado como elemento que disfarçou, durante anos, a pouca participação como cidadão ativo da pessoa com deficiência na sociedade.

CONCLUSÃO

A partir dos apontamentos apresentados ao longo dessa reflexão, percebe-se que a forma em que a sociedade abordou a pessoa com deficiência durante a história não conseguiu quebrar de maneira efetiva a exclusão social sofrida. Tal herança, em momentos graves como período pandêmico vivido, é explicitada. Acredita-se que um ponto que exemplifica tal questão, são as poucas oportunidades de imersão na vida funcional como membro da sociedade, tendo a sua vida resumida a espaços bipartidos, limitado durante anos ao ambiente familiar e as instituições especializadas. Ao relacionar esses fatores com a pandemia, é notório que um dos maiores pro-

blemas apresentados perpassou pelo fato dos usuários terem a APAE como um dos seus poucos espaços de convivência, devido a necessários protocolos de isolamento social, impossibilitados de serem ocupados. No que tange a tal questão, ao analisar empiricamente os breves contatos ao longo desse ano, percebeu-se que, em alguns casos, os usuários contemporâneos a políticas públicas excludentes, perderam ganhos consideráveis desenvolvidos na instituição durante tratamentos e atendimentos, justamente por lá ser um dos poucos espaços em que ele pode executá-la.

Além disso, julga-se necessário salientar nessa conclusão que, em nenhum momento, o intuito dessa reflexão passou por culpabilizar as instituições especializadas ao tratamento da pessoa com deficiência sobre as diferentes problemáticas sociais que tangem o público, pois tanto no aspecto histórico documental, quanto no prático, por experiências, a APAE e outras instituições, diversas vezes, foram os únicos espaços de acolhimento para a pessoa com deficiência. Contudo, ao longo da reflexão, foi possível perceber como ter apenas um espaço de acolhimento pode ser prejudicial em contextos complexos como a pandemia. Além disso, também foi possível indagar a viabilidade de diálogos entre espaço escolar convencional e o espaço especializado, pois ambas as realidades vivenciam ricas experiências – positivas e negativas – que pelo diálogo podem se tornar dispositivos emancipadores para os participantes desses espaços.

Ademais, apesar do conteúdo apresentado caminhar e dialogar em diferentes contextos sobre a independência da pessoa com deficiência, compreende-se a sua necessidade em questões singulares de alguns usuários o cuidado. Tal como apoiado a partir de leituras teóricas respaldadas por Debora Diniz, falar da independência não é esquecer-se das idiosincrasias dos usuários, mas compreender que, mesmo com deficiências que comprometem a sua participação efetiva em sociedade, ele tem direito e necessidade de vivenciar experiências que não se resumem apenas a dois espaços de convívio.

Ademais, acredita-se que um dos diversos ensinamentos que a pandemia deixará, será justamente a necessidade de reanalisar as abordagens das práticas de políticas públicas, dialogando com a realidade das instituições especializadas, seus contextos sociais e as suas experiências aliadas ao comprometimento social de políticas públicas contemporâneas, que almejam contribuir com a devida inclusão da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB. Lei 9394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL, MEC- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2020.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 50. ed. São Paulo: Paz&Terra, 2015.

GONÇALVES, M. F. **Currículo Oculto e Culturas de aprendizagem na formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/francisco-morato.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2017

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria. **O Desafio do Conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.